

“MIMIMI”, “HISTERIA”,  
“GRIPEZINHA”:  
IMAGINÁRIOS  
SOCIODISCURSIVOS  
DA BANALIZAÇÃO DA  
PANDEMIA NO BRASIL EM  
DISCURSOS PRESIDENCIAIS

**Maurício João Vieira Filho**

Universidade Federal de Juiz de Fora

## APRESENTAÇÃO

Desde março de 2020, seguimos enfrentando diariamente as dores da pandemia de COVID-19. Com o avançar do tempo, percebemos um recrudescimento na transmissão do coronavírus e o aumento da letalidade, os riscos iminentes e invisíveis da infecção, pouca preocupação governamental em dar importância à vacinação e amparar dignamente a população, políticos em defesa de medicamentos e tratamentos ineficazes para a doença e impulsionando descredibilização da ciência, que sofre com cortes de investimentos. Há ainda extremismos ideológicos, ataques à imprensa, alimentos com preços exorbitantes, pessoas vivendo na miséria, adoecimento mental, hospitais lotados... Elencar todos esses problemas, que se sobrepõem no Brasil, é doloroso e assusta ao saber que seria possível listar ainda mais

outros tantos que se irradiaram em razão dos problemas políticos e sociais do país.

As situações apresentadas evidenciam a urgência de discussões sobre os direitos humanos e o resgate da humanização, que parecem desaparecer ou terem sido encobertos nesse contexto. Isso não significa que antes existisse pleno debate ético capaz de reconhecer todas as diferenças e necessidades. Contudo, em tempos de COVID-19, especialmente olhando para a situação do Brasil, nota-se a ausência de preocupações públicas e políticas voltadas para promoção de melhores condições de vida para as pessoas. Moriceau (27) entende que os direitos humanos não podem ser refletidos e estabelecidos pensando apenas na condição da “minha existência”, mas somente ao contrário disso, ou seja, partindo da perspectiva levinasiana, perante o rosto do outro que me contesta. O outro me lembra sobre as minhas obrigações enquanto ser (Lévinas 193-196). E, seguindo esse pensamento da alteridade, parece-nos que a COVID-19 acentua ainda mais a necessidade de reconhecer que não é apenas a minha existência no mundo, fechada em um casulo, mas é permitir ver e escutar o outro (Butler 168).

Nesse regime pandêmico, uma série de agravantes se acentuam, como explicam Pessoa e Mendonça (90-93), que apontam dois movimentos sobre o confinamento caros para abrimos indagações sobre o cenário pandêmico em que vivemos: as condições de privilégio e os modos de encontro dos corpos. O isolamento social, como gesto para reter a progressão do vírus, reflete, de imediato, nos privilégios de cada um de nós, que apontam para as diferenças entre as situações vividas pelas pessoas. Regime de trabalho “home office”, por exemplo, é privilégio para poucos. Ainda assim, para aquelas e aqueles que conseguem readequar suas tarefas para o espaço doméstico, há o enfrentamento da exaustão, as dificuldades para convivência familiar, a imbricação de afazeres e a inseparabilidade das funções da casa e do trabalho formal. Enfrentar cotidianamente o transporte público sobrecarregado, arriscar-se pelas ruas para chegar ao emprego, trabalhar de forma informal, ganhar pouco (às vezes, nada) e não conseguir

dignamente viver, alimentar-se e ser feliz são, certamente, dilemas de muitas brasileiras e muitos brasileiros.

O segundo apontamento de Pessoa e Mendonça (90-93) diz da “condição de encontro dos corpos”, isto é, “[n]ós estamos hoje sujeitos ao resíduo do encontro. E o resíduo desse encontro é a possibilidade de uma contaminação, eu não posso tocar o outro, eu não posso estar próximo do outro, eu não posso falar sem máscara, isso é uma outra forma de isolamento” (Pessoa e Mendonça 90-91). Além da separação dos corpos, os pesquisadores evidenciam as condições de precariedade e vulnerabilidade. Ao notabilizar as diferenças dessas duas palavras, e em diálogo com Butler (49-52), entendemos que a vulnerabilidade é um estado da relação do encontro com o outro, quer dizer, estamos em risco em nossos convívios, mas também diante daqueles que não nos conhecem. Trata-se, portanto, de algo inerente à vida, uma condição ontológica, mas que também é intensificada por uma série de marcadores sociais da diferença. Por precariedade, compreendemos que ela se insere e se sustenta nos corpos, nas identidades sociais, nas sexualidades, por exemplo, arranjando-se em relações de poder ou iniciando-as (Pessoa e Mendonça 92-94).

Diariamente, os jornais divulgam dados sobre o número de mortes e casos de pessoas infectadas pelo coronavírus, assim como o avançar da vacinação pelo Brasil. É preciso enfatizar que dados não são números agrupados vazios de significados e, nesse sentido, Pessoa e Mendonça (105-107) discutem esse ato de contabilizar vidas ter se tornado naturalizado, mas que se dá por um processo anterior à COVID-19. Seria uma construção social que segue seu curso instalando-se num esvaziar de existências. Segundo eles, a eleição da vida vem dos atravessamentos de marcadores socioeconômicos que vão delimitando quem é digno de viver e quem não é nessa lógica capitalista. “Por isso, pessoas em estados de vulnerabilidade e precariedade sofrem com a pandemia um flagelo ainda maior sobre seus corpos” (Pessoa e Mendonça 107). Um ano depois das reflexões dos pesquisadores e em meio à crise, a banalidade da vida em diferentes instâncias e discursos que relegam os impactos da COVID-19 a uma questão individual e apartada do coletivo foi sendo acentuada. Discursos de autoridades que

ocupam altos cargos políticos isentando suas responsabilidades frente à situação, excluindo os afetos e as memórias daqueles que perderam a vida, tentando apagar as reminiscências e tripudiando sobre o luto — lembremos das frases de Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil, com: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”; “Eu não sou covreiro (...)”; “(...) Vão ficar chorando até quando?” (“Relembre desprezo de Bolsonaro na pandemia” 0:01 7:16).

A partir dessa abertura, o objetivo deste artigo é compreender as representações sociais convocadas discursivamente pelo presidente do Brasil para tratar a pandemia de COVID-19, o vírus e a vacinação. Para tanto, a categoria dos imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, *Discurso político* 117) possibilita, teórica e metodologicamente, avançar pela análise das falas presidenciais durante o primeiro ano de pandemia. Primeiramente, seguimos pelas discussões sobre vulnerabilidade de modo a entender como as ações estatais integram esses processos marcados pelas tensões e conflitos durante a pandemia. Em seguida, em diálogo com Charaudeau (*Discurso* 117) refletimos as representações evocadas por Jair Bolsonaro em diferentes discursos sobre o regime pandêmico. Por fim, após os avanços que o movimento anterior proporcionará, entendemos, a partir dos estudos organizacionais, como a atuação governamental impactou o alastramento do vírus pelo Brasil.

## 1. TENSÕES ENTRE VULNERABILIDADES E ALTERIDADES

As vulnerabilidades dos sujeitos são partes constituintes e acentuadas desse complexo emaranhado da COVID-19, que impacta fortemente grupos minoritários no país. Como trazido na apresentação, e agora em diálogo com Butler (64-67), a vulnerabilidade é apreendida como ontologia da vida, o que sinaliza para nós que não temos a posse ou autossuficiência de nada que assegure nossa proteção no mundo e nas relações, e, assim, compreendemos que precisamos do outro para nossas vidas.

Outro aspecto fundamental é entender que as vulnerabilidades são desigualmente distribuídas e se devem aos marcadores sociais de gênero, sexualidade, etnia, classe, geração, nacionalidade, etc. Quanto mais se interseccionam, mais potencialmente vulnerável se torna o indivíduo, e a ligação dessas condições com a violência acaba marcando o que Butler (157-182) chama de “vidas precárias”. Por isso, é primordial que tenhamos políticas públicas para acolher as diferenças. Em vista do reconhecimento das vulnerabilidades, nesse tempo pandêmico, notamos como as precariedades se acentuam cada vez mais e atingem as pessoas em situação de maior vulnerabilidade com impacto. A perspectiva de Levinas (178-204), com a qual Butler mantém diálogos e críticas, permite-nos tensionar questionamentos sobre esse outro e nossa interdependência.

Os caminhos propositivos da ética levinasiana consideram o rosto como algo distante da ideia concreta e plástica de uma fronte com olhos, nariz, boca, feições e rugas ou de uma identidade, mas como um gesto para refletir potenciais vulnerabilidades. “(...) Levinas deixou claro que o rosto não é exclusivamente uma face humana, mas que mesmo assim, no entanto, ainda é uma condição de humanização” (Butler 171). Somos seres afetados por tudo e que afetam o mundo e, nesses processos de mão dupla, existe um outro/rosto que me impele e convoca, com o qual preciso dialogar e ter uma interlocução. Esse reconhecimento do outro não é necessariamente harmonioso, pois acontecem dissensos, confrontos, disputas e resistências. Essa relação com o outro seria, portanto, nos passos de Levinas (193), o encontro com a alteridade para pensar uma ordem mais humana.

O momento que a humanidade enfrenta o coronavírus nos impulsiona a sair de nossa particularidade e considerar o além de nós. Somos parte de um todo, em que o outro me recorda de minhas obrigações enquanto ser. Ademais, o Estado tem responsabilidades e é parte constitutiva no agravamento das vulnerabilidades, visto que sua atuação deve ser na via da manutenção da segurança e de proporcionar condições dignas de vida para a população. Contudo, o caminho adotado no Brasil seguiu a contramão das recomendações sanitárias de órgãos de saúde mundial e do país, tendo a defesa de medicações

comprovadamente ineficazes, como a cloroquina, negligenciando a importância da vacinação e apoiando a disseminação de mentiras acerca da COVID-19. Na próxima seção, enveredaremos pelos discursos presidenciais a fim de entender o que está sendo convocado nessas falas de Jair Bolsonaro ao longo de um ano de COVID-19 e para o que tais discursos apontam, afirmam e negam.

## 2. IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS DE DESPREZO, BANALIZAÇÃO E VILIPÊNDIO À PANDEMIA

Ao longo de 2020 e 2021, Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil, fez diferentes discursos e trouxe em seus pronunciamentos uma série de falas sem o compromisso ético com o qual deveria manter, pensando ética no sentido levinasiano (Lévinas 196-198), diante das condições precárias e vulneráveis enfrentadas por todas as brasileiras e os brasileiros nesse momento de pandemia. Desde março de 2020, época em que se estabeleceu o decreto pandêmico pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Bolsonaro agiu descredibilizando a emergência do vírus e sua potencialidade de contaminação em falas direcionadas para seus apoiadores, em suas redes sociais, em entrevistas e pronunciamentos oficiais em cadeia de rádio e televisão nacional.

O vilipêndio ao luto e à dor da população marca a condução do exercício governamental frente à COVID-19. Em vista dessa situação, o jornal Folha de S. Paulo, em seu perfil no *Instagram*, publicou um vídeo no qual estão compilados 23 trechos das falas presidenciais no decorrer da pandemia, que evidenciaram descasos e tratamentos dados por Bolsonaro à COVID-19, à vacinação e à situação pública no Brasil (Folha de S. Paulo “Relembre” 0:01 7:16). A partir desse registro em vídeo, realizamos a transcrição, identificando os locais em que foram pronunciados tais discursos e a respectiva data. Esse detalhamento cronológico e localizado é crucial para ratificarmos as informações apresentadas com base nos imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, *Discurso* 117) e compreender como o presidente, figura

que ocupa o principal cargo político do país, tratou a situação de calamidade da pandemia.

Antes de apresentarmos os discursos presidenciais, é necessário trazer o que é essa categoria charaudiana. Por meio da análise do discurso francesa, o linguista traça sua perspectiva semiolinguística para compreender produções linguageiras e seus sentidos no social. Dentre as categorias teórico-metodológicas, destacamos, aqui, os imaginários sociodiscursivos que constituem um sistema de formação de modos de pensamentos, representações sociais, saberes e memórias que circulam coletivamente por grupos, engendrando significados. Para Charaudeau (*Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor.* 578-580), são maneiras de apreender o mundo e compor significações para objetos, seres humanos e fenômenos, como também servem para fundamentar modos de agir individuais e de grupos. Na cena política, o pesquisador aponta que os imaginários sugerem como um político precisa se comportar em certas situações e sobre a construção de sua própria imagem junto às pessoas para quem se dirige – *ethos*, outra categoria da Semiolinguística (Charaudeau, *Discurso* 85). Para que se percebam os imaginários sociodiscursivos, Charaudeau (*Os estereótipos* 580-587) ressalta os saberes que podem ser constitutivos dos discursos, que se dividem em dois grandes grupos: de crença – abrange julgamentos e avaliações (que se subdivide em: revelação, aquele saber que depende de total aprovação e que envolve testemunhos para ratificá-lo; e opinião, parecer de ordem subjetiva apropriado dentre outros que circulam entre grupos sociais, podendo ser do tipo comum, relativo ou coletivo) – e de conhecimento – aquele que é verificável e tem objetividade (que se subdivide em: científico, saber que envolve procedimentos metodológicos nas diferentes áreas de conhecimento; e de experiência, relativo às vivências, mas só é tido como válido se outras pessoas conseguirem reproduzi-lo caso experimentem sob a mesma conjuntura).

Com essa explicação da categoria teórica-metodológica mobilizada nesta investigação, é importante localizar as situações comunicacionais em que Bolsonaro realizou seus pronunciamentos. Entre os 23 excertos, destacam-se pronunciamentos oficiais, em eventos no

exterior, entrevistas para veículos jornalísticos, coletivas de imprensa, conversas com apoiadores de seu governo e eventos políticos de inauguração de obras. Todas as falas apresentadas na análise a seguir foram reunidas pelo Jornal Folha de S. Paulo no perfil do Instagram (“Relembre” 0:01 7:16).

Primeiramente, é fundamental notar a ausência da convocação de saberes científicos nos trechos selecionados de discursos de Bolsonaro, quer dizer, tendo em vista o que foi proferido por ele, não foram localizados procedimentos discursivos ligados à ciência e comprovados por pesquisadores (Charaudeau, *Os estereótipos* 581). Ao invés de sustentar suas falas sobre a pandemia por meio da objetividade científica pautada por preceitos reconhecidos e validados, Bolsonaro insistiu no uso de medicação ineficaz (cloroquina foi uma delas) para o tratamento da COVID-19. Durante entrevista ao jornalista Magno Martins, em 19 de maio de 2020, Bolsonaro disse: “Quem é de direita toma cloroquina. Quem é de esquerda toma... tubaína”, e ao fundo do áudio escutam-se risadas (“Relembre” 3:35 3:42). O uso de cloroquina, tida por Bolsonaro, que não é médico e nem sequer possui formação acadêmica em áreas da saúde ou biológicas, como ideal para a COVID-19, para pessoas ligadas ao espectro político da direita, é uma forma polarizadora de separar as pessoas em dois polos políticos, bem como de deboche diante da situação ao falar que os esquerdistas deveriam usar tubaína, um tipo de refrigerante.

Outro exemplo de negligência à ciência e resistência governamental para compra de imunizantes (G1 2021) foi durante conversa com apoiadores em visita a Uberlândia, em 4 de março de 2021, na qual Bolsonaro disse: “Tem idiota que a gente vê nas mídias sociais, na imprensa ‘Vai comprar vacina’. Só se for na casa da sua mãe!”, sendo ovacionado pelas pessoas ao redor que clamaram pelo seu nome (“Relembre” 6:47 6:56), o que desencadeou afetações semelhantes naquela multidão que concordava com a fala. Fundamental reiterar que cloroquina e tantos outros produtos ineficazes contra a COVID-19 foram refutados cientificamente por órgãos reconhecidos da área da saúde, como a Sociedade Brasileira de Infectologia (2020) que afirmou não existir tratamento precoce para a doença. Como presidente,

o esperado é um comprometimento ético para se pronunciar e propor medidas políticas para combate ao avanço da pandemia baseadas em preceitos científicos e que abrangessem todas e todos, sem distinção de ideologias políticas. Porém, a divisão binária dos brasileiros é empreendida por Bolsonaro desde o início do exercício de seu mandato, quando, no discurso de posse presidencial, em 2019, marcava os indivíduos que compartilhavam seus ideais conservadores, alinhados à ultradireita e apoiadores classificando-os como “cidadãos de bem”. Por oposição discursiva, haveria “os cidadãos de mal” ligados à esquerda e contrários ao seu governo (Procópio e Vieira Filho 111). Com essas evidências, é fato que o presidente segue em uma linha que visa separar e polarizar o país. Seus posicionamentos contribuem para o agravamento de pessoas usando medicações sem orientação médica e que são reiteradamente contraindicados.

Os saberes mobilizados pelo presidente são da ordem das crenças, sobretudo, *opiniões* (Charaudeau, *Os estereótipos* 584), como percebemos nas afirmações marcadas pelas construções frasais “ao/no meu entender”, o que aponta para a falta de embasamentos científicos e válidos para seus argumentos. Em dois pronunciamentos na cidade de Miami, na Flórida, em 9 e 10 de março de 2020, respectivamente, o presidente do Brasil afirmou que: “A questão do coronavírus, ao meu entender, tá sendo superdimensionado o poder destruidor deste vírus” (“Relembre” 0:22 0:30) e “Obviamente, temos no momento uma crise, uma pequena crise ou, no meu entender, muito mais fantasia, a questão do coronavírus” (“Relembre” 0:31 0:38). Cabe distinguir que se trata de um *saber de opinião relativo*. Charaudeau entende que “[o] sujeito que emite uma opinião relativa diz qualquer coisa como ‘Eu penso como (e/ou contra) esses (alguns) que pensam que...’” (Charaudeau, *Os estereótipos* 585-586). Desse modo, constatamos a opinião relativa de Bolsonaro, visto que a fala origina-se de um determinado sujeito (presidente) e reverbera-se por grupos de apoiadores de seu governo, políticos aliados, movimentos antivacina e negacionistas. Tais reverberações são produções de afetações que mobilizam sujeitos cujos pensamentos e crenças estão em conformidade com as falas presidenciais. Em contrapartida, outras formas de

ação evidenciaram afetações contrárias às políticas governamentais e, diante das impossibilidades pandêmicas de aglomeração nas ruas, ocorreram manifestações como “panelaços” em diferentes geolocalizações no Brasil.

Há, ainda, sustentação em saber de revelação (Charaudeau, *Os estereótipos* 583), aquele que se liga às doutrinas e ideologias. Quando Bolsonaro recorre à incitação de fazer jejum coletivo, que, de acordo com ele, foi uma reivindicação de católicos e evangélicos para que se “curasse” à COVID-19 no país a partir dessa penitência. Em 2 de abril de 2020, o presidente do Brasil concedeu uma entrevista à rádio Jovem Pan, em que afirmou “Evangélicos e católicos têm pedido para mim para que possa marcar um dia de um jejum de todo o povo brasileiro para a gente ficar livre desse mal o mais rápido possível” (“Relembre” 2:58 3:08). O mesmo pedido foi solicitado por Jair Bolsonaro (2021), um ano depois, em uma publicação no *Twitter*, cuja captura de tela está posta a seguir, na qual solicita orações e jejum como resoluções para os problemas elencados por ele. Cabe frisar que juntamente ao texto, há uma fotografia em que Bolsonaro ergue um quadro com imagem simbolizando Jesus. Tal foto foi tirada um ano antes, em 18 de abril de 2020, quando o presidente foi ao Planalto cumprimentar apoiadores e ganhou o quadro de uma pessoa que estava na aglomeração, de onde manifestantes gritavam “ei ei ei, Jesus é nosso rei” (Forum).

Conforme Charaudeau (*Os estereótipos* 583) expõe, esses saberes ligam-se a crenças sagradas que buscam trazer parâmetros valorativos sobre como agir. No caso, o presidente do Brasil mobilizou uma narrativa bíblica sobre o jejum cujo benefício seria a cura de males coletivos.

Na esteira dos discursos de Bolsonaro, recorrentemente, ele utilizou termos qualificantes que visaram minimizar a tragédia que se alastrava no Brasil. Vejamos algumas falas mobilizadas por ele quando questionado ou convocado a se posicionar sobre o vírus e as consequências da pandemia. Para a CNN Brasil, em 15 de março de 2020, Bolsonaro reagiu diante das manifestações favoráveis ao seu

**Jair M. Bolsonaro** 22 ✓  
 @jairbolsonaro  
 Candidato à Presidência do Brasil

- Aos que puderem, amanhã, 29/03/2021, teremos um dia de jejum e oração pelo bem e pela liberdade de nossa nação.

- Seguiremos lutando com todas as nossas forças contra o vírus e o desemprego; pela vida, mas sem abrir mão da dignidade de cada um.

[Translate Tweet](#)



3:44 AM · Mar 29, 2021 · Twitter for iPhone

6,952 Retweets 2,422 Quote Tweets 42.4K Likes

Fig. 1

Bolsonaro, Jair  
 [@jairbolsonaro]

Tweet. 28 de março de 2021, Twitter, <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1376349483563368454>.

governo, nas quais participou, interagiu com o público e provocou aglomerações, e afirmou:

O povo resolveu ir às ruas e eu resolvi ver o que *tava* acontecendo aqui na Esplanada. Devemos respeitar, tomar as medidas sanitárias cabíveis, mas não podemos entrar numa neurose, como se fosse o fim de um mundo. Com toda certeza há um interesse econômico envolvido nisso tudo para que se chegue a essa histeria (“Relembre” 1:14 1:25).

Com a confirmação do primeiro caso de morte por COVID-19 no país, em 17 de março de 2020, dois dias após as manifestações em prol do governo bolsonarista, o presidente foi entrevistado pela rádio Bandeirantes. Na ocasião, ele enfatizou:

Não vamos superdimensionar essa questão. Não pode algumas autoridades começar a proibir isso ou aquilo, afinal de contas está havendo uma histeria. Se eu me contaminei, tá certo, olha, isso é responsabilidade minha. Ninguém tem nada a ver com isso. Tudo continua funcionando no Brasil. Tudo! Tá havendo uma histeria (“Relembre” 1:27 1:46).

Já no dia seguinte, durante uma coletiva de imprensa em Brasília, ele reafirma seu posicionamento diante da urgência do problema recorrendo a ataques contra a imprensa, ação já promovida em outras situações de seu mandato, e, novamente, enquadra a COVID-19 como um excesso de comoção sem necessidade.

A minha obrigação como chefe de Estado é se antecipar a problemas, levar a verdade à população brasileira, mas que essa verdade não ultrapasse o limite do pânico. Já tivemos problemas mais graves no passado que não teve essa comoção toda ou repercussão toda por parte da mídia brasileira. A verdade está aí. É uma questão grave, mas não podemos entrar no campo da histeria (“Relembre” 1:46 2:16).

Na semana seguinte, 24 de março de 2020, Bolsonaro realizou um pronunciamento oficial nas emissoras de televisão aberta e rádios. Este trecho corresponde a um momento de redução do impacto da doença, em que Bolsonaro a compara com gripe ou resfriado, no diminutivo, na tentativa de desqualificar os sinais clínicos da COVID-19, bem como seu potencial de transmissão e impacto sobre a população.

O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado

pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria, ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho (“Relembre” 2:17 2:43).

Como Corrêa da Rosa e Fasolo Bilhar de Souza (40) suscitam, o discurso tão logo que aconteceu ganhou repercussão midiática mundial pela forma como o presidente do Brasil minimizou os efeitos do coronavírus frente às ações de saúde pública que deveriam ser tomadas. Além disso, Bolsonaro se insere no comparativo como um gesto que evoca seu passado militar que lhe garantiria suposta vitalidade em caso de contaminação se comparado a outra pessoa da mesma idade (na época, Bolsonaro tinha 65 anos). Nesse pronunciamento, o presidente se dirigiu a toda população brasileira, e não apenas aos apoiadores, como em outros trechos já citados, o que indica a reiteração de negligenciar a COVID-19, não estimular medidas de proteção e posicionar-se contra a ciência (Corrêa da Rosa e Fasolo Bilhar de Souza 49-50).

Quando testou positivo para a doença, Bolsonaro disse em coletiva de imprensa, no dia 7 de julho de 2020, que:

Esse vírus é quase como... já dizia no passado e era muito criticado... era como uma chuva. Vai atingir você. Alguns não, alguns têm que tomar o maior cuidado. Não se pode combater o vírus e o efeito colateral desse combate ser pior que os danos causados pelo próprio vírus (“Relembre” 3:57 4:27).

Após a fala, ele pede aos repórteres para afastarem e abaixa a máscara de proteção facial a fim de mostrar que não estava abatido ou com qualquer característica semelhante a estar doente. Já em 10 de novembro de 2020, o presidente participou do evento de lançamento de políticas para o turismo e, na ocasião, mais uma vez, negou a realidade da pandemia no Brasil.

“Tudo agora é pandemia. Tem que acabar esse negócio. Lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia. Aqui, todo mundo vai morrer. O Sérgio vai morrer um dia. Né, Sergião? Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas!” (“Relembre” 4:54 5:13).

“Superdimensionado”, “neurose”, “histeria”, “gripezinha”, “resfriadinho”, “como uma chuva”, “tudo agora é pandemia; tem que acabar com esse negócio”, “país de maricas”... Enquanto o vírus se expandia, milhares de pessoas se contaminavam e morriam, profissionais da saúde, esgotados, enfrentavam a superlotação dos hospitais, o presidente desdenhava das medidas de isolamento social, sem sinalizar uma efetiva atuação política para que houvesse uma contenção dos perigos e nem investimentos em pesquisas e produção de vacinas. Indo na contramão das recomendações mundiais, Bolsonaro negligenciou a importância da vacinação e disse “só se for na casa da sua mãe” sobre a compra dos imunizantes (“Relembre” 6:47 6:56). As falas de Bolsonaro extrapolam os limites dos discursos e circulam socialmente, ganhando apoiadores e negligenciadores, expandindo-se por diferentes espaços, inclusive o online, no qual, em muitos momentos, notícias falsas são reverberadas e impulsionadas em larga escala de engajamento.

Sua tônica discursiva conota para uma responsabilidade individual — “Se eu me contaminei, tá certo, olha, isso é responsabilidade minha. Ninguém tem nada a ver com isso.” (“Relembre” 1:27 1:46) —, ou seja, não se trata de um problema coletivo e de responsabilidade comunitária, assim como omite informações de que as formas de contágio se dão pela proximidade com outras pessoas que estejam contaminadas. As comparações promovidas à COVID-19 como “gripezinha” e “resfriadinho”, feitas em um pronunciamento nacional transmitido pela televisão e rádio, corroboram para a banalização da doença e suas consequências.

O menosprezo ao luto, às perdas e dores das pessoas e à morte atravessam o ano de 2020. E seguindo esse caminho, Bolsonaro volta-se para discursos carregados de desrespeito e ausência de compaixão

ao dizer: “se não tiver uma causa concreta para o óbito, bota lá coronavírus para colar”, em entrevista para a Bandeirantes (“Relembre” 2:44 2:58), assim como “não sou cozeiro”, “e daí? quer que eu faça o quê?”, “é o destino de todo mundo”, “isso é para os fracos”, “país de maricas”, “frescura”, “mimimi” e “vão ficar chorando até quando?”.

Esses descasos presentes nos enunciados e práticas políticas podem ser lidos como uma das faces do caráter da necropolítica (Mbembe 146), que constitui um conjunto de medidas em que a morte é objeto de gestão do Estado, e com a pandemia se acelera. Produzir a morte em nome da economia do país, como frisado por Bolsonaro ao citar o setor econômico como prioridade no momento, é produzir um regime de exclusão para marcar quem merece viver e quem não merece. Quando qualquer humanidade é rejeitada, diz Mbembe, a violência em diferentes formas se torna suscetível, até mesmo a morte. No Brasil, une-se a tudo que foi apresentado, colapso de cemitérios, usos de frigoríficos para comportar os corpos, valas abertas para enterros coletivos. Os corpos esvaziados de suas vidas tornam-se abjetos e descartados sem dignidade. O regime de vulnerabilidades e precariedades que enfrentamos no Brasil é necropolítico e aponta para as decisões estatais de quem deve ser exterminado por operar como uma ameaça para o país.

Nesse sentido, os imaginários sociodiscursivos mobilizados nas falas do presidente do Brasil representam desprezo, banalização e vilipêndio à pandemia. Sua gestão seguiu por um caminho em que minimizou e banalizou a situação que se alastrava pelo país e poupou esforços para investir em medidas de combate ao avanço da doença. O resultado dessas ações negacionistas foi a situação de calamidade pública que se amplificou por todo o território nacional e culminou em mais de 600 mil mortes, em outubro de 2021, no Brasil.

### 3. TENSÕES E DISSENSOS NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: UM OLHAR PARA O GOVERNO BRASILEIRO

Em vista da conduta presidencial, Bolsonaro vilipendia as vítimas, as famílias, a população, as recomendações médicas e refuta o que vai de encontro aos seus pensamentos. Para essa trilha de reflexões, pensemos na comunicação organizacional de modo abrangente incluindo o contexto público governamental e as tensões que abarcam os direitos das pessoas. As organizações podem formar um peso rival às existências ou proporcionar o reconhecimento da sociedade e das diferenças. Moriceau (29) retoma Levinas para pensar os dilemas organizacionais em reconhecer o outro e suas convocações. Não se trata de um processo de transmissão de mensagens entre organização e seus públicos, disfarçado de diálogo, e sim acolhimento, ou nas palavras do pesquisador, “conceder hospitalidade a um rosto e a seu Dizer” (Moriceau 27). Essa implicação acentua nossos questionamentos sobre quem, no cenário brasileiro, não está sendo acolhido e nem sequer atendido dignamente pelo Estado. Com o fim do auxílio emergencial concedido a parte da população em 2020, dois milhões de pessoas no Brasil entraram na pobreza, dado apenas de janeiro de 2021, conforme apurou o site de notícias G1 (Lima e Gerbelli), que trouxe também a informação de que já são 26 milhões de indivíduos sobrevivendo com apenas R\$ 250 (renda per capita mensal). São pessoas lutando para sobreviver em meio ao caos social.

Nos processos de comunicação pública estatal é imprescindível que a população seja protegida, como também seja sempre esclarecida e ouvida, além de visar a redução de problemas sociais que nos confrontam cotidianamente (Farias, Haswani e Correali 156). Essa relação no contexto bolsonarista e pandêmico adquire outros contornos, visto que instituições públicas que dialogam com governo, sociedade civil, setores midiáticos e organizações mundiais requerem constantemente medidas efetivas no combate à COVID-19 no Brasil, mas o governo, por sua vez, adotou posicionamentos controversos e notadamente alusivos a interesses ideológicos e partidários. No cenário público, os cidadãos devem participar ativamente e sempre serem informados

quanto às medidas adotadas pela gestão. O Estado precisa ouvir as demandas da população para que sejam tomadas decisões que atendam às necessidades coletivas e cumpram com os princípios democráticos (Farias, Haswani e Correali 156).

Kunsch (15-16) afirma que tais instituições têm o compromisso público de prestar contas de suas ações. Em diálogo com essa perspectiva, é fundamental em situações de crise, como a pandemia, que a interlocução com a população seja frequente e vise o compromisso efetivo para traçar táticas e investimentos em soluções para os problemas. No caso do Brasil, vimos algo na contramão de uma ação responsável. Para ilustrar a ausência de compromisso público, o governo Bolsonaro comprou milhares de comprimidos de cloroquina, medicamento comprovado cientificamente como ineficaz para COVID-19, que permaneceu estocado. Até 28 de janeiro de 2021, eram 1,5 milhão de comprimidos desse remédio armazenados (Amado).

Outra controvérsia pode ser demonstrada durante a fala de Bolsonaro em um evento público em março de 2022, após dois anos de pandemia, no qual faz um balanço da gestão e reitera que sua atuação frente à COVID-19 “salvou a economia e vidas” (Valença). Tal declaração destoa da realidade vivenciada no Brasil, situada com os discursos presidenciais neste artigo, e com as marcas da doença com mortes de centenas de milhares de pessoas, condições precárias de vida e dores cotidianas. Tanto é que Bolsonaro, durante a mesma fala, advertiu que não aprovará o passaporte vacinal, comprovação de que a pessoa tomou as doses da vacina, em nome da liberdade individual de cada um para se imunizar ou não — mesma ação presidencial foi adotada com a reprovação de *lockdown* em períodos de elevada propagação dos casos. Nota-se, assim, que a banalidade da pandemia foi paulatinamente a estratégia comunicacional adotada pelo governo como forma de negligenciar medidas efetivas de combate e de informações científicas sobre a doença.

Internamente, em 2021, o Senado instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, chamada CPI da COVID, para investigar as irregularidades no governo federal na crise pandêmica. Bolsonaro foi atribuído a nove crimes, como “prevaricação, charlatanismo, epidemia

com resultado morte, infração a medidas sanitárias preventivas, emprego irregular de verba pública, incitação ao crime, falsificação de documentos particulares, crimes de responsabilidade e contra a humanidade” (Agência Senado). Além de o presidente ser indiciado, outras figuras do governo também foram, como deputados bolsonaristas, os filhos de Bolsonaro e alguns ministros, entre os quais se destaca o atual vinculado à pasta da saúde, Marcelo Queiroga, e o antecessor, Eduardo Pazuello (Phillips).

Somados aos problemas internos, as políticas bolsonaristas foram destaque internacional diante do ceticismo e negacionismo de Bolsonaro e do caos que se instalava pelo país. Podemos citar, como exemplo, o jornal *The New York Times*, em 3 de março de 2021, que destacou a situação de saúde pública do Brasil como o pior exemplo mundial no qual os números de mortes, infecções e reinfecções só aumentavam (Andreoni, Londoño e Casado). Já o *The Guardian*, no mesmo dia, apontou o país como uma ameaça global em razão das ausências no combate ao coronavírus e, amparado por falas de especialista, alertou sobre os problemas que o país poderia ocasionar para o mundo.

De volta aos discursos e imaginários sociodiscursivos de banalidade convocados pelo presidente, notamos que, por meio da legitimidade que o cargo lhe concede nessa lógica organizacional, Bolsonaro vale-se de práticas autoritárias e de assimetrias de poder. No contexto em que está, ele ocupa o principal e mais alto cargo público de administração do Brasil. Assim, valeu-se desse estatuto de poder para reafirmar seus interesses políticos e ideológicos frente à pandemia. Em consonância com isso, a escuta de alteridade de Bolsonaro limita-se apenas aos apoiadores partidários e de governo que corroboram para perpetuar suas práticas. Ao invés de ter interação com a população, escutá-la, acolhê-la, e buscar reconhecer as vulnerabilidades que atingem as pessoas, suas atitudes demonstram vias opostas.

Diante de reações negativas em âmbito nacional e internacional pela forma como está conduzindo a gestão pública da COVID-19, Bolsonaro modificou seu posicionamento discursivo, por exemplo, quando o ex-presidente Lula, seu adversário político, teve todas as

suas condenações anuladas e resolveu se pronunciar publicamente. Somada às pressões de países do exterior, Bolsonaro passa a assumir uma retórica pró-vacina e anuncia um novo ministro para a área da saúde (Folha de S. Paulo). Contudo, a imagem construída discursivamente por Bolsonaro, que tendo por base a semiolinguística seria a categoria *ethos* (Charaudeau, *Discurso* 87), segue negativa, o que é consequência de sua postura negacionista e polarizadora. Uma mudança de retórica é capaz de apagar tudo que foi feito? E as mortes? E o luto? E a dor? Isso estará eternamente gravado na vida das pessoas e a historiografia do país não esquecerá.

#### Considerações finais

Com base nas perspectivas da virada afetiva, que destaca a passagem de uma ciência isenta e marcadamente dividida entre sujeito e objeto pesquisado para uma perspectiva que evidenciar as corporeidades e reconhece os afetos como parte de nossas pesquisas por uma perspectiva ética e política (Moriceau e Mendonça 80-83), neste texto, almejei colocar em evidência estruturas que afetam o sistema-mundo em que vivemos. Os debates apresentados trouxeram mais questões para reflexão do que quaisquer respostas para a situação atual. Decerto esse movimento integre um gesto para produzir alteridade a partir de nós por meio das afetações que atuam no fenômeno pandêmico e emaranham ainda mais os fios das vivências.

Pesquisar com afetos é reconhecer como as relações históricas compõem o aqui-agora. Como notamos, as vulnerabilidades fazem parte de nossas vidas, segundo Butler (64-67), mas são fortalecidas por muitos marcadores que incluem fatores econômicos, de gênero, classe, etnia, culturais, entre outros. Com a COVID-19, as desigualdades e hierarquias sociais ficam mais escancaradas e atingem diretamente as vidas. Por isso, é fundamental a atuação adequada do Estado para garantir com que as pessoas tenham dignidade e condições equitativas para viver.

Porém, o que vimos são discursos presidenciais que seguiam caminhos antagônicos às recomendações sanitárias, intensificando disputas polarizadoras e negacionismos. A categoria dos imaginários sociodiscursivos (Charaudeau, *Discurso* 117) foi valiosa para essa

apreensão e, a partir dela, apreendemos que Bolsonaro mobilizou saberes de crença e opinião em detrimento à ciência. Os pronunciamentos frisam o descaso com o luto, com a vida e com a dignidade das pessoas que morreram. A necropolítica conceituada por Mbembe (146) expõe os riscos de morte pelos quais estamos vulneráveis nesse regime de governo e notamos como isso se liga fortemente ao Brasil, que já é atravessado por questões de violências contra grupos minoritários.

Por fim, foi possível entender como a administração pública federal deveria conduzir as formas de tratamento para a pandemia de outros modos e não se baseando em negar a realidade para fugir das responsabilidades. A mudança da retórica bolsonarista se deu após um ano de tensões políticas e de milhares de mortes, o que não limpa e nem minimiza as práticas necropolíticas de Bolsonaro. Ter vacina e amparo digno são direitos humanos que devem ser assegurados para todas e todos.

- Amado, Guilherme. “Ministério da Saúde tem estoque de 1,5 milhão de comprimidos de cloroquina contra Covid”. *Globo*, 9 de fevereiro de 2021. <https://glo.bo/2SYo9N7>.
- Andreoni, Manuela, Ernesto Londoño, e Letícia Casado. “Brazil’s Covid Crisis Is a Warning to the Whole World, Scientists”. *The New York Times*, 3 de março de 2021. <https://www.nytimes.com/2021/03/03/world/americas/brazil-covid-variant.html>. Último acesso em 16 de março de 2022.
- “Bolsonaro diz que ‘tem idiota’ que pede compra de vacina: ‘Só se for na casa da tua mãe’.” *Globo*, 4 de março de 2021. <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/03/04/bolsonaro-diz-que-tem-idiota-que-pede-compra-de-vacina-so-se-for-na-casa-da-tua-mae.ghtml>.
- Bolsonaro, Jair [@jaibolsonaro]. “-Aos que puderem, amanhã, 29/03/2021, teremos um dia de jejum e oração pelo bem e pela liberdade de nossa nação.” *Twitter*, 28 março de 2021, <https://twitter.com/jaibolsonaro/status/1376349483563368454>.
- Butler, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica, 2020.
- Charaudeau, Patrick. *Discurso político. 2*. Contexto, 2011.
- . “Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor.” *Entrepalavras*. 2017, pp. 571-591.
- Corrêa da Rosa, Douglas e Tatiana Fasolo Bilhar de Souza. “As relações dialógicas no pronunciamento oficial do presidente Jair Messias Bolsonaro sobre a pandemia do Coronavírus.” *Gláuks - Revista De Letras E Artes*. 2021, pp. 35-58. <https://doi.org/10.47677/gluks.v21i01.220>. Último acesso em 1 de dezembro de 2021.
- “‘Ei ei ei, Jesus é nosso rei’: Bolsonaro ergue quadro religioso e causa aglomeração no Planalto.” *Forum*, 18 de abril de 2020. <https://revistaforum.com.br/politica/ei-ei-ei-jesus-e-nosso-rei-bolsonaro-ergue-quadro-religioso-e-causa-aglomeracao-no-planalto/> Último acesso em 15 de dezembro de 2021.
- Farias, Luiz Alberto de, Mariângela Furlan Haswani e Maurício Correali. “Conhecimento de direitos e comunicação pública.” Editado por Marques, Ângela Cristina Salgueiro, Daniel Reis Silva e Fábica Pereira Limas. *Comunicação e direitos humanos*. PPGCOM UFMG, 2019, pp. 155-168.

Folha de S. Paulo. “Relembre desprezo de Bolsonaro na pandemia”. *Instagram*, vídeo, 14 março de 2021. <https://www.instagram.com/tv/CMaJ1a4nSaK/>

Infectologia, Sociedade Brasileira de. *Atualizações e recomendações sobre a COVID-19*. 9 de dezembro de 2020. Documento. <https://infectologia.org.br/wp-content/uploads/2020/12/atualizacoes-e-recomendacoes-covid-19.pdf>

Kunsch, Margarida M. Krohling. “Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas.” *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. Editado por Heloiza Matos, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2013, pp. 3-14.

Lévinas, Emmanuel. *Entre Nós*. Vozes, 1997.

Lima, Bianca e Luiz Guilherme Gerbelli. “Com fim do Auxílio Emergencial, Brasil tem 2 milhões de novos pobres só em janeiro.” *Globo*, 6 de fevereiro de 2021. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/06/com-fim-do-auxilio-emergencial-brasil-tem-2-milhoes-de-novos-pobres-so-em-janeiro.ghtml>. Último acesso em 20 de março de 2022.

Mbembe, Achille. “Necropolítica.” *Arte & Ensaios*, pp. 122-151, 2016. <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>

Moriceau, Jean-Luc. “A Comunicação Organizacional e os direitos do outro homem.” *Comunicação e direitos humanos*. Editado por Marques, Ângela, et al., PPGCOM UFMG, 2019. pp. 25-40.

Moriceau, Jean-Luc e Carlos Magno Camargos Mendonça. “Afetos e experiência estética: uma abordagem possível.” *Comunicação e Sensibilidade: pistas metodológicas*. Editado por Mendonça, Carlos, Eduardo Duarte e Jorge Cardoso Filho, PPGCOM UFMG, 2016, pp. 78-98.

Pessoa, Sônia Caldas e Carlos Magno Camargos Mendonça. “Flagelos dos corpos: a pandemia e o agravamento das precariedades.” *Desafios da comunicação em tempo de pandemia: um mundo e muitas voltas*. Editado por Prata, Nair, Sônia Jaconi e Genio Nascimento. Intercom, 2020, pp. 87-111.

Phillips, Tom. “Brazil’s Covid outbreak is global threat that opens door to lethal variants – scientist”. *The Guardian*, 3 março 2021. <https://www.theguardian.com/world/2021/mar/03/brazil-covid-global-threat-new-more-lethal-variants-miguel-nicolelis>

Procópio, Mariana Ramalho e Maurício João Vieira Filho. “Conservadorismo acima de tudo e de todos: imaginários sociodiscursivos nos discursos de posse presidencial de 2019.” *Revista Mídia e Cotidiano*, 5 de setembro de 2020, pp. 97-117. <https://doi.org/10.22409/rmc.v14i3.43167>

Uribe, Gustavo e Daniel Carvalho. “Mudanças de discurso e de ministro não melhoram imagem de Bolsonaro nas redes sociais.” *Folha de S. Paulo*, 22 de março de 2021. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/mudancas-de-discurso-e-de-ministro-nao-melhoram-imagem-de-bolsonaro-nas-redes-sociais.shtml>

Valença, Lucas. “Bolsonaro diz que seu governo salvou vidas e a economia durante a pandemia. 4 de março de 2022”. *Uol*, 4 de março de 2022. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/04/bolsonaro-diz-que-seu-governo-salvou-vidas-e-a-economia-durante-a-pandemia.htm>

Vieira, Anderson. “Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado”. *Senado Notícias*, 20 de outubro de 2021. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>. Último acesso em 7 de março de 2022.